



CONGRESSO NACIONAL

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – COFF/CD

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – CONORF/SF

INFORMATIVO CONJUNTO COFF/CONORF Nº 01/2005

Brasília, 12 de setembro de 2005

“Principais aspectos fiscais e parâmetros econômicos do Projeto de Lei Orçamentária para 2006 - (PL nº40/2005-CN)”.

1 ORÇAMENTO TOTAL E ORÇAMENTO EFETIVO

O valor total da proposta orçamentária para 2006 é de R\$ 1.676,7 bilhões. Desse total, R\$ 834,6 bilhões têm efeito meramente contábil, pois refere-se ao refinanciamento (rolagem) da dívida pública mobiliária federal (como parte da dívida vence a prazos muito curtos, é preciso emitir novos títulos para substituir os que vão vencendo e, de acordo com a Lei nº 4.320/64, todas as receitas precisam estar previstas no orçamento). O valor total da proposta, o orçamento efetivo e a composição do orçamento da União são dados a seguir:

Descrição	R\$ bilhão
A .ORÇAMENTO TOTAL	1.676,7
B. Refinanciamento da Dívida Pública Federal	834,6
C. ORÇAMENTO EFETIVO = A - B	842,1
D. Orçamento de Investimento das Empresas Estatais Federais	41,7
E. Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	800,4
E. 1 Orçamento Fiscal	527,0
E.2 Orçamento da Seguridade Social	273,4

2 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Desconsiderando-se o refinanciamento da dívida, os **principais itens** que compõem os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social são os discriminados a seguir:



CONGRESSO NACIONAL

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – COFF/CD
Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – CONORF/SF

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL PARA 2006		
Descrição	R\$ bilhão	Particip.%
1. Orçamento Efetivo	800,4	100,00
2. Despesas Financeiras (exceto refinanciamento da dívida)	277,0	34,61
3. Transferências a Estados e Municípios	84,8	10,59
4. Despesas Primárias	389,5	48,66
4.1 Obrigatórias	333,8	41,70
4.1.1 Pessoal e Encargos Sociais	99,0	12,36
4.1.2 Benefícios Previdenciários	159,6	19,94
4.1.4 Outras	75,2	9,39
4.2 Discricionárias	55,7	6,96
5. Resultado Primário (*)	49,1	6,13

Fonte: Mensagem PLO2006

(*) Considerado o Projeto Piloto o Resultado é de R\$ 52,4 bilhões

Quando deduzimos do orçamento efetivo as despesas financeiras e as transferências constitucionais aos estados, Distrito Federal e aos municípios, temos o que se denomina de despesas primárias. Ao se deduzir as despesas primárias das receitas primárias, temos o resultado primário. As despesas primárias são aquelas destinadas a custear os gastos com pessoal, benefícios previdenciários, atividades e projetos governamentais.

A rigidez do orçamento é bastante clara: as despesas primárias obrigatórias consomem 41,70% do orçamento efetivo e 85,70% do total das despesas primárias. As despesas discricionárias, representadas pelo montante disponível para atender projetos de investimentos, custeio da máquina pública e outras ações de governo ficam com 6,96% do orçamento efetivo e 14,30% do total das despesas primárias. O resultado primário absorve 6,13% do orçamento efetivo e equivale a 12,60% das despesas primárias.

Relativamente ao reprogramado para 2005, destaca-se o aumento de 32,9% das outras despesas primárias obrigatórias, de R\$ 56,6 bilhões para R\$ 75,2 bilhões, com predominância do crescimento de gastos com saúde e assistência social.

3 DETALHAMENTOS DOS PRINCIPAIS ASPECTOS FISCAIS

3.1 Receitas Primárias

A receita primária total atingirá R\$ 523,3 bilhões em 2006, representando 24,48% do PIB, levemente acima da reprogramação para 2005, esperada em 24,40% do PIB.

A receita administrada pela SRF alcançará R\$ 347,4 bilhões, significando 16,25% do PIB, inferior à reprogramação para 2005, esperada em 16,47% do PIB, mas superior em 0,25% a determinada pela LDO2006.

A receita líquida do INSS alcançará R\$ 120,5 bilhões, equivalentes a 5,64% do PIB, acima da reprogramação para 2005 que é de 5,54% do PIB.



CONGRESSO NACIONAL

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – COFF/CD
Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – CONORF/SF

As receitas não administradas são esperadas para atingir R\$ 55,6 bilhões em 2006, significando 2,60% do PIB, também acima da reprogramação para 2005 que é de 2,40% do PIB.

Não há receita com **programação condicionada** à aprovação de dispositivo legal, como ocorreu em exercícios anteriores. Há, apenas, a reserva específica de recursos que excederam ao limite de arrecadação das receitas primárias administradas de 16% do PIB, estabelecido pela LDO2006.

A LDO2006 determina que, se esse excesso ocorrer, somente poderá ser utilizado, mediante autorização legislativa (crédito adicional), para atender a cancelamento compensatórios para a adoção das medidas de redução da carga tributária, despesas obrigatórias e para investimentos.

Antecipando ao disposto na LDO2006, o PLO2006, ao prever um excesso de 0,25% do PIB na receita do ano vindouro, já programou a destinação desse excesso:

- a) R\$ 1,2 bilhão para cobertura de eventual risco das contas da previdência social;
- b) R\$ 1,5 bilhão para o reajuste geral do funcionalismo público federal;
- c) R\$ 0,6 bilhão para a realização de investimentos e
- d) R\$ 1,1 bilhão para compensação de redução de carga tributária.

3.2 Despesas por Natureza

3.2.1 Benefícios Previdenciários

No âmbito do regime geral (INSS) os benefícios totalizarão R\$ 159,6 bilhões, equivalentes a 7,46% do PIB, inferior ao reprogramado para 2005 em 7,51% do PIB. O déficit do INSS é esperado em R\$ 39,0 bilhões correspondente a 1,82% do PIB.

3.2.2 Pessoal e Encargos Sociais

Esses gastos totalizarão R\$ 99,0 bilhões em 2006, equivalentes a 4,63% do PIB. Embora superior ao valor de R\$ 92,5 bilhões reprogramado para 2005, em termos de relação com o produto cairá, visto que neste ano são esperados para atingir 4,74% do PIB.

3.2.3 Transferências para Estados e Municípios

As transferências são estimadas em R\$ 84,8 bilhões para 2006, equivalente a 3,97% do PIB, ligeiramente superior ao valor reprogramado para 2005 que é de 3,94% do PIB. O PLOA 2006 não prevê recursos para atendimento das compensações financeiras a que se refere a Lei Complementar nº 87, de 1996 (Lei Kandir).



CONGRESSO NACIONAL

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – COFF/CD
Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – CONORF/SF

3.2.4 Investimentos

O GND 4 para 2006 totaliza R\$ 14,3 bilhões. Considerando o valor de R\$ 3,1 bilhões de reserva de contingência primária contido na proposta para 2006, destinado a acolher emendas parlamentares, aquele valor subiria para R\$ 17,4 bilhões, superior em 51,83% à proposta assim ajustada para 2005. Em 2005, até o início de setembro, foram pagos investimentos de apenas R\$ 4,1 bilhões, dos quais R\$ 1,3 bilhões do orçamento de 2005 e R\$ 2,8 bilhões de restos a pagar de 2004.

O orçamento de investimento das empresas estatais federais para 2006 é de R\$ 41,7 bilhões, superior em 16,5% ao valor de R\$ 35,8 bilhões contido no PLO2005.

3.2.5 Juros Nominais da Dívida Pública¹

A despesa com juros nominais líquidos do Governo Federal está prevista para 2006 em R\$ 113,4 bilhões, equivalente a 5,30% do PIB. Esse valor é inferior ao reprogramado para 2005, no montante de R\$ 127,1 bilhões, equivalente a 6,51% do PIB, refletindo a expectativa de uma prática de taxa de juros média menor para o ano vindouro.

¹ Esses valores integram o demonstrativo do resultado primário do Governo Federal e são os relevantes para a análise de solvabilidade do Governo, pois consideram não apenas os encargos da dívida mobiliária e contratual do Tesouro, mas também as receitas de juros que o Governo recebe de seus créditos junto ao setor privado e pela aplicação das reservas cambiais. São, assim, juros líquidos (juros ativos menos juros passivos) e são calculados sob o regime de competência, considerando os juros incorridos, ainda que não pagos. Resumindo, os valores de juros contidos na proposta para 2006, no montante de R\$ 179,5 bilhões, diferem dos valores apontados porque: a) são computados em regime de caixa; b) referem-se apenas à dívida mobiliária federal e contratual de responsabilidade do Tesouro e c) não consideram os juros a ser recebidos pelo Governo.



CONGRESSO NACIONAL

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – COFF/CD

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – CONORF/SF

3.3 Despesas por Função ou Finalidades

DESPESAS POR FUNÇÃO OU FINALIDADES			
PLOA2006 x PLOA2005 (*)			
(R\$ bilhão)			
Agregado de Funções ou Função	2005	2006	Variação %
1. Desenvolvimento Social	270,3	303,0	12,10
Saúde	35,4	39,8	12,43
Educação	17,0	17,3	1,76
Assistência Social	15,8	19,1	20,89
Trabalho e Emprego (inclusive FAT)	12,1	13,3	9,92
Organização Agrária	4,0	3,9	-2,50
Saneamento e Habitação	0,6	0,6	0,00
Urbanismo	0,8	1,1	37,50
Segurança Pública	3,2	3,3	3,12
Previdência Social	180,2	202,8	12,54
Direitos da Cidadania	0,7	0,9	28,57
Cultura e Desporto	0,5	0,9	80,00
2. Setor Produtivo	18,0	14,6	-18,89
3. Ciência, Tecnologia e Comunicações	4,0	3,9	-2,50
4. Infra-Estrutura de Energia e Transportes	5,4	7,4	37,04
5. Gestão Ambiental	2,5	2,3	-8,00
6. Defesa e Relações Exteriores	15,7	16,5	5,10
7. Administração e Gestão Públicas	10,6	12,8	20,75
8. Sub - Total	326,5	360,5	10,41
9. Legislativo, Judiciário e Essencial à Justiça	18,6	21,7	16,67
10. Total	345,1	382,2	10,75

(*) Exclusive funções de encargos especiais e reserva de contingência

Deverá atingir R\$ 382,2 bilhões² em 2006, superior em 10,75% ao previsto no PLOA 2005 e 27,10% acima do PLOA 2004.

Destacam-se os aumentos de 80% para Cultura e Desporto; 37,5% para Urbanismo; 37% para Infra-Estrutura de Energia e Transportes; 28,6% para Direitos da Cidadania; 20,9% para a Assistência Social; 12,5% para a Previdência Social e 12,4% para a Saúde.

Com relação à proposta de 2004, destacam-se as alocações de: a) Assistência Social, cujos aportes evoluíram de R\$ 9,3 bilhões no PLO2004 para R\$ 19,1 bilhões no PLOA 2006, significando um aumento de 105,4% e b) Organização Agrária, com R\$ 1,8 bilhão no PLO2004 e R\$ 3,9 bilhões no PLOA 2006, significando um aumento de 116,66%.

3.4 Resultados Fiscais

O **resultado primário superavitário** é esperado em 4,25% do PIB, no consolidado para os três níveis de governo. Para o Governo Central o resultado primário é de R\$ 49,1 bilhões, equivalentes a 2,30% do PIB. Considerado os gastos com o projeto piloto o resultado primário sobe para R\$ 52,4 bilhões, equivalentes a 2,45% do PIB.

² Exclusive as funções de encargos especiais (praticamente serviço da dívida) e reserva de contingência.



CONGRESSO NACIONAL

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – COFF/CD
Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – CONORF/SF

O resultado primário das empresas estatais federais é de R\$ 15,0 bilhões, equivalentes a 0,70% do PIB. O resultado primário do Governo Federal é de 3,15% do PIB, ou R\$ 67,3 bilhões. Os Estados e Municípios contribuirão com 1,10% do PIB.

O **resultado nominal** (resultado primário menos despesas com juros) do Governo Federal para 2006 é **deficitário** em R\$ 64,3 bilhões, equivalentes a 3,01% do PIB, inferior ao reprogramado para 2005, no montante de R\$ 83,4 bilhões, equivalente a 4,27% do PIB.

3.5 Relação Dívida Líquida/PIB

A relação, para todo o setor público, vem apresentando tendência declinante: 55,5% em dezembro de 2002; 57,3% do PIB em dezembro de 2003; 51,6% do PIB em dezembro de 2004 e 50,90% do PIB em junho de 2005. Em julho de 2005, em função da elevação dos juros para conter a inflação, a relação alcançou 51,33% do PIB. O mercado, em 02.09.05, espera 51,40% do PIB para 2005 e 50,50% do PIB para 2006.

3.6 Reserva de Contingência

O valor aportado para 2006 é de R\$ 26,4 bilhões, sendo R\$ 3,1 bilhões registrados como despesa primária e destinados ao acolhimento de emendas parlamentares.

4 PARÂMETROS ECONÔMICOS BÁSICOS

Os principais parâmetros econômicos empregados nas estimativas de receitas e despesas da proposta para 2006 são indicados a seguir:

4.1 PIB

Crescimento real previsto em 4,5% para 2006, contra um valor reprogramado para 2005 de 3,4% (na proposta para 2005 era de 4%). O valor nominal esperado é de R\$ 2.138,0 bilhões e o deflator implícito é de 4,71%.

4.2 Inflação

O IPCA acumulado para 2006 é previsto em 4,5%, contra uma expectativa na reprogramação para 2005 de 5,1%, e o médio para aquele exercício é de 4,58%. A variação acumulada esperada do IGPdi para 2006 é de 5,48%, com média anual de 5,09%.

4.3 Taxa de Juros

A trajetória é declinante, com a taxa Selic média de 16,50% esperada para 2006, contra uma média de 19,15% contida na reprogramação para 2005. O PLOA 2006, mais otimista, previa taxa Selic média de 15,82%.



CONGRESSO NACIONAL

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – COFF/CD

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – CONORF/SF

4.4 Taxa de Câmbio

A taxa de câmbio média para 2006 é de R\$ 2,71, com variação de 6,83% sobre a equivalente de 2005. A taxa média reprogramada para 2005 está em R\$ 2,53. O PLDO2006 previa uma taxa de câmbio média de R\$ 2,90.

4.5 Massa Salarial

Espera-se para 2006 um aumento de 9,44%, derivado de um crescimento de 2,70% na taxa de ocupação e de um aumento de 6,57% nos rendimentos médios nominais. A população economicamente ativa é esperada para crescer 2,10%.

4.6 Salário-Mínimo

Valor de R\$ 321,21, a partir de maio de 2006, com acréscimo de 7,07% nos benefícios previdenciários ligados à esse indicador, sendo 5,03% decorrente da inflação projetada do INPC e 1,94% resultante do crescimento real esperado para o PIB *per capita* em 2006, conforme regra contida na LDO2006. Os demais benefícios previdenciários são estimados para aumentar em 5,03%.

PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2006

ANEXO AO INFORMATIVO CONJUNTO

PRINCIPAIS PARÂMETROS E QUADROS CONSOLIDADOS

PARÂMETROS PARA O ORÇAMENTO	2004	2005	2006
IPCA Médio	6,60%	6,93%	4,58%
PIB Real	4,90%	3,40%	4,50%
PIB Nominal (R\$ Milhões)	1.766,6	1.951,9	2.138,0
Câmbio (R\$/US\$) média	2,93	2,64	2,9
Taxa Selic - média	16,24%	18,66%	15,82%
IGP-DI - médio	9,40%	7,05%	5,09%
IER - médio	-	6,98%	4,81%

RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL	2004		LOA 2005-Reprogramado		PLOA 2006	
	R\$ bilhões	% PIB	R\$ bilhões	% PIB	R\$ bilhões	% PIB
RECEITAS PRIMÁRIAS	420,90	23,80	476,30	24,70	523,30	24,50
TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	64,00	3,60	76,90	4,00	84,80	4,00
RECEITA LÍQUIDA DE TRANSFERÊNCIAS	356,80	20,20	399,50	20,70	438,50	20,50
DESPESAS PRIMÁRIAS	307,00	17,40	357,10	18,50	389,50	18,20
RESULTADO PRIMÁRIO (Fis e Seg) (1)	52,40	3,00	43,60	2,30	49,10	2,30
PRIMÁRIO EMPRESAS ESTATAIS	8,90	0,50	15,00	0,80	15,00	0,70
RESULTADO PRIMÁRIO DA UNIÃO	61,30	3,50	58,70	3,00	64,00	3,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	2004		LOA 2005-Reprogramado		PLOA 2006	
	R\$ bilhões	% PIB	R\$ bilhões	% PIB	R\$ bilhões	% PIB
ADMINISTRADA (2)	286,8	16,2	321,6	16,7	347,4	16,2
NÃO ADMINISTRADA (3)	40,3	2,3	46,8	2,4	55,6	2,6
ARRECAÇÃO LÍQUIDA INSS	93,8	5,3	108,2	5,6	120,5	5,6
INCENTIVOS FISCAIS	(0,3)	-	(0,3)	-	(0,2)	-

DESPESAS PRIMÁRIAS	2004		LOA 2005-Reprogramado		PLOA 2006	
	R\$ bilhões	% PIB	R\$ bilhões	% PIB	R\$ bilhões	% PIB
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS (9)	84,50	4,80	92,50	4,80	99,00	4,60
BENEFÍCIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	125,80	7,10	146,50	7,60	159,60	7,50
DESPESAS OBRIGATORIAS SAÚDE	22,50	1,30	24,00	1,20	27,70	1,30
DESPESAS OBRIGATORIAS EDUCAÇÃO	2,60	0,10	2,90	0,10	2,80	0,10
OUTRAS DESPESAS NÃO DISCRICIONÁRIAS	34,00	1,90	29,70	1,50	44,70	2,10
DISCRICIONÁRIAS LEG/JUDICIÁRIO/MPU	3,10	0,20	3,90	0,20	4,40	0,20
DISCRICIONÁRIAS PODER EXECUTIVO	36,40	2,10	57,10	3,00	43,70	2,00
PARCELA PRIMÁRIA RESERVA CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	7,60	0,40
DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	2,50	0,10	1,30	0,10	0,00	0,00
DESPESA TOTAL	307,00	17,40	359,60	18,60	389,50	18,20

PREVIDÊNCIA (INSS e Servidores)	2004		LOA 2005-Reprogramado		PLOA 2006	
	R\$ bilhões	% PIB	R\$ bilhões	% PIB	R\$ bilhões	% PIB
RESULTADO DA PREVIDÊNCIA	-65,8	-3,72	-68,8	-3,2	-70,0	-3,3
ARRECAÇÃO LÍQUIDA DO INSS	93,8	5,30	108,2	5,6	120,5	5,6
BENEFÍCIOS DA PREVIDÊNCIA	125,8	7,10	146,5	7,6	159,6	7,5
RESULTADO DO INSS	-32,0	-1,81	-38,3	-1,8	-39,1	-1,8
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL E DOS SERVIDORES	6,8	0,38	11,4	0,5	12,0	0,6
DESPESAS COM INATIVOS	40,6	2,30	41,9	2,0	42,9	2,0
RESULTADO DA PREVIDÊNCIA PÚBLICA	-33,8	-1,91	-30,5	-1,4	-30,9	-1,4

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS DAS EMPRESAS ESTATAIS	2004	LOA 2005-Reprog.(6)	PLOA 2006(6)
TOTAL GERAL (R\$ bilhões)	18,2	25,4	30,7

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL (R\$ bilhões)	LOA 2004	PLOA 2005	PLOA 2006
ORÇAMENTO TOTAL	1.469,1	1.580,8	1.635,0
Refinanciamento da Dívida	860,0	935,4	834,7
ORÇAMENTO EFETIVO (4)	609,1	645,4	800,3
RECEITAS CORRENTES	441,6	489,1	559,9
RECEITAS DE CAPITAL(4)	167,5	156,3	240,4
DESPESAS CORRENTES	475,5	511,8	637,2
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	84,1	97,1	108,6
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	117,8	110,8	179,5
OUTRAS DESPESAS CORRENTES (5)	273,6	303,9	349,1
DESPESAS DE CAPITAL	971,4	1.047,8	968,1
INVESTIMENTOS	12,3	11,5	14,3
INVERSÕES FINANCEIRAS	33,2	32,9	29,8
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	925,9	1.003,4	924,0
<i>Amortização Efetiva</i>	59,0	68,1	80,3
<i>Saldo Negativo do Bacen</i>	6,5	0,0	11,8
<i>Refinanciamento da Div. Contratual</i>	8,2	8,8	7,7
<i>Refinanciamento da Div. Mobiliária</i>	851,8	926,9	826,8
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	13,5	13,3	18,0
<i>Recursos Livres</i>	4,7	5,3	8,6
<i>Recursos Próprios e Vinculados</i>	8,8	8,0	9,4

Fonte: PL Nº 40/2005 - CN (PLOA 2006)

G: 2006/PLOA 2006/Informativo Conjunto/PLOA 2006_Principais parametros.xls

1 - Inclui discrepância estatística e Projeto Piloto de Investimentos - PPI

2 - Tributárias e de Contribuições Sociais

3 - Concessões, Dividendos, Cota Parte de Comp. Financeiras, Salário-Educação e Receitas Próprias/Demais Receitas

4 - Exclui Refinanciamento da Dívida

5 - Inclui despesa c/ INSS, Transferências Constitucionais e Legais, Demais Despesas Obrigatórias e Discricionárias

G:2006/PLOA 2006/Informativo Conjunto